

O PRETÉRITO IMPERFEITO: OS COMUNISTAS E O ACERTO DE CONTAS COM O PASSADO. (1943-1964)*

CARLOS ZACARIAS F. DE SENA JÚNIOR**

Resumo: O objetivo deste artigo é situar e discutir as formulações políticas do PCB, entre os anos 1940 e 1960, em confronto com a autocrítica e as avaliações realizadas por Luís Carlos Prestes. O texto está dividido em três momentos: o período da “União Nacional de 1943 a 1948”, o período da “derrubada do governo” e o período a partir das denúncias dos “crimes de Stalin”. Todos os três momentos estão vistos, também, a partir das linhas políticas que orientaram as Ações do PCB. *Palavras Chave:* Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, Esquerda, Partidos Políticos, Revolução Brasileira.

Abstract: This article (*The Imperfect Present, Communists and the Settling up with the Past*) discusses the political formulations of Brazilian Communist Party (PCB) between 1940 and 1960 and compares them with the self-criticism and evaluation made by Luís Carlos Prestes. The text treats three moments: the period of “National Union” from 1943 to 1948, the period of “the fall of the government” and the period initiated by the denunciations of “Stalin’s Crimes”. These moments are examined in connection with the political directives that oriented the actions of the PCB. *Key Words:* Brazilian Communist Party, Luís Carlos Prestes, Left, Political Parties, Brazilian Revolution

O Partido Comunista do Brasil foi o principal partido da esquerda brasileira durante muitos anos.¹ Tendo alcançado seu auge entre os anos 40 e 60 do século passado, o PCB, nascido em 1922, não deixou nunca de ter profunda presença nos caminhos da República e da Revolução Brasileira. Promovendo a *práxis* ao primeiro plano da política nacional, este Partido buscou interpretar a realidade brasileira a partir da identificação do estágio de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, do caráter da Revolução Brasileira ou das classes sociais fundamentais e das contradições presentes a cada conjuntura, para assim poder melhor intervir no processo transformador.

Apesar de toda sua força e influência e não obstante os gloriosos anos em que a “Revolução” parecia próxima, o PCB sofreu, entretanto, inúmeras derrotas, tanto no campo da interpretação da realidade, quanto da política prática, o que demarcou profundamente a sua existência e boa parte da autocrítica que promoveu a cada nova conjuntura e a cada novo revés. Dentre as principais derrotas sofridas por este Partido destacáramos aquela relacionada ao golpe militar de 1964. Com efeito, as marcas deste *putch*, ao qual se seguiu uma ditadura de mais de vinte anos, provocaram não apenas as inúmeras dissidências armadas no seio do PCB, como também o envelhecimento de muitas de suas teses sobre a “Revolução Brasileira”. Mas afinal de contas, quais foram, finalmente, os principais erros reivindicados pelo PCB ao longo de sua trajetória entre os anos 40 e 60? Quais formulações definiram suas políticas durante este período? Como será feita a autocrítica do Partido a cada inflexão e a cada nova conjuntura? De que forma sua principal liderança, Luís Carlos Prestes, acertará as contas com seu passado e suas derrotas que por vezes se confundiram com as derrotas do próprio Partido? Como Prestes avaliará sua participação nesses momentos críticos?

O objetivo deste trabalho é situar a trajetória e as inflexões políticas promovidas pelo PCB entre os anos de 1943 e 1964, em confronto com o processo de autocrítica partidária e do acerto de contas com a história, realizado pelo dirigente mais importante do período, Luís Carlos Prestes. Busco compreender a participação deste dirigente na elaboração de cada formulação política bem como na consecução de sua autocrítica depois do golpe militar de 1964. Entendendo que o período em tela foi deveras significativo nos caminhos assumidos pela esquerda

nas conjunturas posteriores, especialmente quanto ao desenvolvimento de experiências revolucionárias desvinculadas ou críticas da matriz pecebista, creio ser necessária a análise deste longo período, para que se possam perceber as principais referências na consubstanciação de um projeto político de transformação da parte dos comunistas brasileiros vinculados ao seu principal Partido, o Partido Comunista do Brasil - PCB.

Dessa forma, divido este texto a partir de três períodos conjunturais distintos, todos eles relacionados às inflexões políticas do PCB. O primeiro, de 1943 a 1948, refere-se ao período da “União Nacional”, política referendada a partir da “Conferência da Mantiqueira”, realizada em 1943. O segundo, que vai de 1948 a 1956/58, diz respeito à linha política de “derrubada do governo” e está exposta no “Manifesto de Janeiro de 1948” e no posterior “Manifesto de Agosto de 1950”. Por fim, a terceira conjuntura, de 1956/58 a 1964, abrange a época que vai da crise aberta a partir das denúncias dos “crimes de Stalin” e se transfigura na “Declaração de Março de 1958”, até o golpe militar de 31 de março de 1964. Ainda que a vasta bibliografia sobre o PCB tenha em conta cada ponto dessas inflexões e seus resultados, não seria possível entender a autocrítica do Partido ou mesmo de Luís Carlos Prestes, sem se discorrer sobre cada um desses momentos e cada uma dessas linhas políticas.²

A Conferência da Mantiqueira e a política de “União Nacional”

Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o PCB foi duramente perseguido. Seus militantes, derrotados no levante de 1935, encontravam-se dispersos e espalhados por vários Estados do país, quase todos na clandestinidade e fugindo da truculenta repressão do Estado varguista. A instituição de uma ditadura que praticava abertamente o anticomunismo tinha imposto para o Partido o refúgio incerto da clandestinidade que condenava a todos ao mais abjeto ostracismo de suas antigas vidas de uma militância profundamente engajada. Da antiga estrutura partidária, montada no III Congresso do Partido, em 1929, e redimensionada a partir de 1934, pouco ou quase nada restava, pois seus principais quadros e dirigentes haviam caído e sua militância havia sido reduzida a um punhado de pequenos coletivos dispersos pelo território

nacional. O PCB era um arremedo de suas pretensões passadas e também futuras.

No plano internacional, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) entrava em seus momentos decisivos. Com o ingresso, em 1941, de americanos e soviéticos no conflito ao lado dos aliados que combatiam o nazi-fascismo, a correlação de forças tendia a mudar. Tal aliança no cenário beligerante representava para os comunistas brasileiros, alinhados a Terceira Internacional, ou Internacional Comunista (*Komintern*), uma trégua necessária no avanço da revolução mundial diante das chamadas “democracias ocidentais”. Por conta disso, o próprio Stalin viria a extinguir o *Komintern*, em 1943, dando uma clara demonstração de sua boa vontade e da tentativa de coexistir pacificamente com as nações capitalistas.³

No Brasil, a conjuntura internacional reverberou num recrudescimento da disposição dos comunistas de combater os integralistas e também de reorganizar o Partido. Com efeito, foi bastante significativa a formação de uma série de “comitês” “democráticos” e “antifascistas” por todo o país. À frente desses comitês, havia estudantes, trabalhadores e intelectuais diversos. No ensejo da guerra, portanto, o PCB lograva recompor o Partido para enfrentar as tarefas de um futuro que se acreditava cada vez mais próximo.

Foi em 1943 que o PCB pôde, enfim, dar o salto de qualidade no seu processo de reorganização. Com a realização da II Conferência Nacional, que ficou conhecida como “Conferência da Mantiqueira”, a Comissão Nacional de Organização Provisória, a CNOP, e mais militantes de cerca de uma dezena de Estados, deram os passos iniciais na reaglutinação das forças que iriam organizar e dirigir o Partido dali em diante. Assim, foram eleitos os membros do Comitê Central, da Comissão Executiva e do Secretariado, além do Secretário-Geral, Luis Carlos Prestes. Este ainda encontrava-se preso, mas mesmo assim ditou os caminhos da Conferência que sacramentou a linha política de “União Nacional”, formulada ainda em 1938, por ocasião da identificação pelos comunistas da necessidade de se combater o fascismo a partir da formação de amplas frentes democráticas, que incluía, desde a classe operária, até as burguesias nacionais antifascistas.⁴ Segundo definição da CNOP, a “União Nacional” era “a conjugação efetiva de esforços de

todos os patriotas do Brasil. São patriotas, independentemente, dos matizes de suas opiniões políticas, os que aspiram para a Pátria bem-estar, progresso e cultura”.⁵

De fato, havia no plano mundial uma vaga de nacionalismo antifascista de maneira que o PCB foi arrastado pela onda que levantava as massas do planeta contra a ameaça representada pela beligerância da Alemanha e da Itália.⁶ Entretanto, os comunistas brasileiros se deparavam com a ambigüidade de um governo que combatia tanto o integralismo quanto o comunismo, com o agravante que, em relação aos militantes do PCB, as prisões brasileiras estavam bastante abastecidas.

Ainda assim, em 1944, a principal liderança partidária, Luís Carlos Prestes, ainda na prisão, exporia para o país sua compreensão quanto à guerra, o governo Vargas e a situação estrutural do Brasil:

*“Agora, depois de tantos anos de reação, os anseios democráticos do povo renascem com novo vigor e, isto, paralelamente com a crise econômica que se agrava dia a dia, já teria levado a movimentos contra o governo, se não fosse o forte sentimento patriótico do nosso povo e de seus líderes mais queridos a par da clareza com que foi compreendida a necessidade de apoiar o governo para ajudar os povos das Nações Unidas a esmagar o nazismo. Quer dizer que a guerra contra o nazismo tem sido o melhor escudo do governo contra todos aqueles que o desejam derrubar”.*⁷

Aquela altura o governo Vargas já havia declarado guerra contra as potências do Eixo e encontrava-se aliado às nações de democracias liberais e à União Soviética. Prestes tinha clareza quanto ao papel que o PCB desempenhava na defesa do governo naquela conjuntura e aproveitava a oportunidade do recrudescimento das manifestações de massa para anunciar sua defesa da “União Nacional” e, quiçá, sugerir o paradoxo de estar fazendo isso da prisão. Esta postura seria necessária contra as “forças da reação” que se articulavam para depor Vargas.⁸

Ao exortar o patriotismo do “povo brasileiro”, Prestes aproveitava também para fazer a caracterização do estágio de desenvolvimento do país e as tarefas da classe operária. Tratava-se, segundo o “Cavaleiro da

Esperança”, de liquidar os “restos feudais” para tornar possível “o mais amplo”, “o mais rápido” e o “mais livre” desenvolvimento do capitalismo no país. E mais: “Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenine que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo”.⁹

Pela caracterização de Prestes, o Brasil seria um país cujos restos feudais atravancavam o seu desenvolvimento; portanto, suas principais contradições diziam respeito à oposição entre os “campos”, sendo o “reacionário”, ligado aos “resquícios feudais”, e o “progressista”, do qual faziam parte os operários, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. A “Revolução Brasileira” era definida em duas etapas, sendo a primeira, democrático-burguesa, nacional e popular, e somente num segundo momento, socialista. Dessa forma, seria “reacionário” pretender um outro papel para a classe operária naquele momento, senão o desenvolvimento pleno do capitalismo e a eliminação dos resquícios feudais. Mas de onde vinha tal caracterização? De que forma a Internacional Comunista havia definido no seu último Congresso, em 1935, a “Revolução” nas regiões semicoloniais e qual a relação desta com o PCB e o Brasil?

O PCB e a Internacional Comunista

As relações entre o Partido Comunista do Brasil e a Internacional Comunista têm sido freqüentemente objeto de atenção de diversos historiadores. Muitos trabalhos ou enfatizam os aspectos da autonomia dos comunistas brasileiros frente à IC, ou ressaltam a submissão às orientações do *Komintern*. Não está em questão neste texto discutir este tipo de questão, senão apenas apontar os caminhos que vinham sendo trilhados pelo movimento comunista internacional e suas repercussões no Brasil.

Como se sabe, 1943 foi o ano de extinção do *Komintern* e, recordemos ainda, que a política internacional da União Soviética era a de “coexistência pacífica” muito em função da aliança estabelecida com as “democracias ocidentais” contra as potências do Eixo. Se a IC não determinava completamente a linha a ser seguida pelos seus partidos filiados que, de resto, estavam sujeitos a adequação de cada nova tática às con-

junturas locais, não é menos certo que as resoluções congressuais pesavam sobremaneira nas avaliações de cada Partido quanto à conjuntura internacional e as necessárias alianças nacionais. Dessa forma não surpreende o fato do PCB reavaliar freqüentemente o governo de Getúlio Vargas, indo do combate sem tréguas (visto espacialmente no levante de 1935), até a defesa da unidade nacional e do próprio governante. No seu “Relatório Apresentado no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista”, em 2 de agosto de 1935, o líder comunista búlgaro, Jorge Dimitrov, fez a seguinte referência:

“No Brasil, o Partido Comunista, que começou precisamente com o desenvolvimento da frente única antiimperialista, criando a Aliança [Aliança Libertadora Nacional] da emancipação nacional, tem de consagrar todos os seus esforços no sentido de alargar ainda mais essa frente, atraindo em primeiro lugar os milhões de camponeses, orientando as coisas para a criação de unidades do exército revolucionário popular que se dediquem fielmente à revolução, e para o estabelecimento do poder da Aliança de emancipação nacional”.¹⁰

Era, portanto, óbvio que a política de “União Nacional” adotada no Brasil tinha estreita vinculação à inflexão tática da IC a partir do seu VII Congresso. Neste Congresso definiu-se a tática de Frente Popular que significava uma ampliação substancial das alianças que doravante incorporariam amplos setores da burguesia dita progressista na luta pela emancipação nacional e contra o fascismo, no caso dos países semicoloniais e imperialistas, respectivamente.¹¹ A inflexão do VII Congresso significou, também, uma avaliação autocrítica principalmente quanto às formulações táticas do período anterior que não tinham impedido a ascensão de governos fascistas em países como a Itália e a Alemanha.¹² Nesse sentido, muito embora a tática de “União Nacional” e de Frente Popular não sejam exatamente a mesma coisa, elas surgiram num contexto de ascensão do fascismo e de derrota do movimento operário de diversos países implicando numa nova inflexão que apontava o sectarismo da tática anterior (chamada “terceiro período”) e a necessidade de uma nova política.¹³

Se no plano tático o modelo era a Frente Popular e a “União Nacional”, no que se refere à caracterização do Brasil, importavam-se os parâmetros definidos pelo VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, que definia as áreas semicoloniais do capitalismo na fase imperialista como semifeudais. Por conseguinte, as revoluções em tais regiões teriam um caráter democrático-bruguês, para que se pudessem implantar e desenvolver o capitalismo, sem os entraves feudais. No que diz respeito ao aspecto tático, esta interpretação foi corroborada pela identificação das contradições principais (nação/império) e secundárias (capital/trabalho) que moviam o capitalismo na etapa imperialista, o que apontava para as resoluções do VII Congresso quando este afirmava a necessidade de “Frentes Populares” na formação dos “campos progressistas” contra os “campos reacionários”.¹⁴ Ou seja, concebia-se como imprescindível a aliança da classe operária e “seu partido”, com as burguesias nacionais no âmbito de cada país no enfrentamento das tarefas necessárias da revolução democrático-burguesa ou socialista.¹⁵

Portanto as políticas adotadas pelo PCB nos anos 40 têm estreita vinculação às formulações tático-estratégicas da Internacional Comunista dos VI e VII Congresso e, ainda que não possamos sugerir um reflexo imediato de tais formulações, podemos perceber as inúmeras mediações que, de qualquer forma, não impediram aquele Partido de aplicar quase que integralmente os ditames do *Komintern*.¹⁶ Será neste contexto, entretanto, que o PCB antecipará o caminho que arrastou o Brasil até 1964, colhendo os bônus e os ônus da sua transformação momentânea num partido de massas.

Os Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950: “derrubar o governo”

Em 1947 e 48, as coisas viraram para o PCB e as esperanças de uma duradoura lua-de-mel com a democracia caíram por terra. Depois de menos de dois anos de atividade legal (1945-1947) e de uma participação eleitoral consagradora, o Partido tinha seu registro e seus parlamentares eleitos cassados, inclusive o deputado federal, pela Bahia, Carlos Marighella e o senador, pelo Rio de Janeiro, Luís Carlos Pres-

tes.¹⁷ A resposta dos comunistas foi uma inflexão de 180 graus na linha política do Partido, desta feita sem a interferência da IC, extinta em 1943. A partir do “Manifesto de Janeiro de 1948”, o PCB passava a pregar a “derrubada do governo” como tarefa imediata das massas exploradas. Já o “Manifesto de Agosto de 1950”, colocava a necessidade de formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional para esse fim. Em 1948 o governo a ser derrubado era o do General Eurico Gaspar Dutra, que ocupava a presidência desde 46. Este governo, antes entendido pelo PCB como potencial aliado, passava a ser visto como “reacionário”, “lacaio do imperialismo” e “perigoso aliado do fascismo”. Assim, de uma pregação conciliadora de “União Nacional” e apoio irrestrito ao governo Vargas nos seus esforços de guerra e de combate ao “inimigo interno”, o integralismo, os comunistas partiam para uma dura “autocrítica” das suas “ilusões reformistas” e na legalidade burguesa, presentes na linha política anterior. Como não poderia deixar de ser, era o “comandante Prestes” quem encabeçava este “acerto de contas” do Partido com sua linha política:

*“É claro que essa preocupação de ordem e tranqüilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa em país atrasado, semifeudal e semicolonial, levaram nosso Partido a se ver privado na prática do uso das grandes armas de luta do proletariado, particularmente da greve, e a só usar os métodos de luta quase idílicos de conferências, sabatinas, comícios memoriais, festas etc, quando o governo usava com insistência cada vez maior as armas do arbítrio e da violência policial”.*¹⁸

A autocrítica do Partido através de Prestes, prosseguia severa: “Cafimos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado”. A consequência de tal política, segundo ainda a análise de Prestes, era a “passividade” e a “apatia”. Ainda que os erros apontados fossem quase todos eles entendidos como de direita, o Partido alertava, entretanto, para os riscos de se cair no esquerdismo oportunis-

ta que pretendia ver nos erros dos comunistas “as causas exclusivas do avanço da reação no país”. Seria preciso atentar para as tarefas imediatas do presente, e não ficar orientado apenas pelo passado.¹⁹

Não obstante a guinada à “esquerda”, o Partido e suas lideranças continuavam a interpretar o Brasil como um país semifeudal cujo principal obstáculo ao “progresso nacional” era a presença do imperialismo e a existência do latifúndio. Exortava-se à “revolução agrária e antiimperialista” como forma de levar o “capitalismo a agricultura” e combater os “restos feudais”, vistos como “principal causa” da miséria e do atraso brasileiros. Concebiam, ainda, a necessidade de uma aliança “com todas as forças democráticas e populares” para que se pudesse realizar o intento da “revolução antiimperialista e antilatifundiária” e apontavam para a incapacidade da burguesia em liderar o campo progressista neste processo, tarefa que caberia, então, à classe operária e seu Partido.²⁰

Se as bases da mudança de linha política foram dadas em 1948, será em 50, entretanto, que o PCB proporá a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional com o objetivo de defender um programa mínimo de cunho revolucionário. No Manifesto de Agosto, pode-se ler:

*“Unamo-nos, todos, democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, em ampla Frente Democrática de Libertação Nacional para a ação e para a luta com o seguinte programa...”*²¹

Apesar da inflexão e da retórica revolucionária da nova linha; apesar da autocrítica das “ilusões reformistas” e dos desvios “direitistas”, permanecem a orientação frente-populista e a “teoria dos campos” nas novas formulações de 1948/50. Continuava-se a pregar a aliança com a burguesia na luta revolucionária, legado do VII Congresso da Internacional. Quanto à liderança de Prestes, esta permanecia inabalável.

Os resultados da linha política que dominou entre os anos de 1948 a 1954, não foram dos melhores para o PCB. Os comunistas praticamente abandonaram os sindicatos “oficiais” nas mãos dos ditos “pelegos” do PTB, isolando-se perigosamente dos setores organizados da classe operária. Além disso, o Partido chamou o voto nulo nas eleições de 1950, momento em que Vargas atingia o auge da sua popularidade e defesa do nacionalismo. O resultado de toda essa política foi o exílio crescente e a permanente desconfiança das massas que, de certa forma, identificavam-se com o projeto de Vargas, na medida em que conquistavam espaço e estabeleciam um certo tipo de consenso. Sobre este último aspecto, é significativo o clima de comoção que se apossou do Brasil quando do suicídio do ex-ditador, em 1954.²²

A “Declaração de Março de 1958”: a via pacífica da revolução brasileira

Os anos de 1955 e 1956 foram fundamentais nos caminhos do PCB. Nesse período realizou-se o IV Congresso do Partido, poucos meses depois da morte de Vargas e ainda sob o peso da comoção popular que atingiu os golpistas da UDN e o próprio PCB, que na época defendia a derrubada de Getúlio. Ainda que sob este impacto, o IV Congresso reafirmou as teses vigentes entre 1948 e 1954, muito embora o Partido viesse a descumprir completamente suas resoluções nos anos posteriores. Foi em 1956, entretanto, que sobreveio o maior impacto da história do PCB. Com efeito, a divulgação dos crimes de Stalin através dos “Relatórios Secretos” de Nikita Kruchev, caíram como uma bomba no Partido. Para agravar a situação, a direção partidária só seria oficialmente “informada” das “denúncias” quatro meses depois da realização do XX Congresso do PCUS, quando o chefe da delegação brasileira ao evento, Diógenes Arruda Câmara, retornaria de uma viagem à China, para onde se dirigira após o Congresso. Quando este voltou ao Brasil, uma ampla confusão se formou e o monolitismo do Partido foi provisoriamente implodido com a formação de três correntes distintas que passaram a disputar os rumos do PCB: os “abridistas” ou “renovadores”, pretendiam abrir o debate no Partido até as últimas conseqüências; os “fechadistas” ou “conservadores”, se dispunham a impedir o debate

público a todo custo; o “pântano” ou “Grupo Baiano”, apoiavam os “conservadores” nesta discussão específica, mas guardavam muitas divergências com as lideranças deste grupo que eram os próprios dirigentes do Partido.²³

Após a vitória do grupo “conservador” que cerceou o debate partidário ainda em 56, a “ordem” foi novamente restabelecida dentro das fileiras do Partido que, sob a liderança de Prestes, preparava uma outra “virada” de revisão na linha política. Neste momento, inicia-se um longo processo de defecções e de autocríticas do PCB e de suas lideranças, especialmente daquelas que abandonariam o Partido após as denúncias dos crimes de Stalin.²⁴ De outro lado, um núcleo duro que resistia ao processo de autocrítica, terminou sendo afastado da direção pela identidade assumida com o stalinismo.²⁵ Apesar da autocrítica, o PCB continuava reafirmando sua adesão irrestrita ao legado do “marxismo-leninismo”, ao centralismo democrático como fundamento da organização partidária e a fidelidade à União Soviética e ao PCUS.

Será somente com a promoção do “Grupo Baiano” à liderança do Partido e com a “Declaração de Março de 1958”, que o PCB buscará adequar sua linha aos novos tempos da era pós-Stalin.²⁶ Com a publicação deste documento, os comunistas se autocriticavam quanto ao “stalinismo”, ao “culto à personalidade” e à linha política anterior, vista como “esquerdista” e “sectária”. O documento prosseguia na caracterização do Brasil como semifeudal, mas trazia a novidade que era a “percepção” do desenvolvimento de “forças capitalistas” no interior da sociedade brasileira. Tais forças, que eram entendidas como progressistas, estariam sendo entravadas pelo “imperialismo americano”, tradicional aliado dos “latifundiários” e dos “interesses feudais”. A “teoria dos campos” era mais uma vez visitada, pois a “contradição principal” da realidade brasileira seria entre o campo da “reação”, composto pelo “imperialismo e pelo latifúndio”, e o campo da “nação”, formado pelos “setores progressistas”:

“Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a

*nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”.*²⁷

O aprofundamento da contradição entre a “nação” e o “imperialismo”, entendida como principal, subordinava a contradição de classes capital/trabalho a um momento de luta posterior. Com isso, a revolução socialista era jogada para um futuro incerto, o Brasil era mais uma vez entendido como um país semifeudal e, como tal, deveria viver sua revolução em duas etapas. O corolário tático de toda essa formulação política, como não poderia deixar de ser, era ainda aquele do VII Congresso da Internacional Comunista, a “Frente Popular”:

*“O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios”.*²⁸

Por fim a “Declaração de Março de 1958” afirmava sua profissão de fé no “caminho pacífico da revolução brasileira” ao considerar as “reais” condições do desenvolvimento histórico no Brasil e o “amadurecimento” gradual da democracia. O PCB reencontrava, enfim, sua história com a retomada da política de “Frente Popular”, e a crença irrestrita no caráter progressista (e quiçá revolucionário) da burguesia brasileira.

Em 1960, o PCB realiza seu V Congresso reafirmando a linha política da “Declaração de Março de 1958”. Neste momento, os membros do “Grupo Baiano” são eleitos para o Comitê Central e os dirigentes “stalinistas” são definitivamente afastados da direção e da influência partidária. No ano seguinte, o PCB muda o seu nome para Partido Comunista Brasileiro e, em 1962, os dirigentes afastados reúnem quase uma centena de militantes insatisfeitos e realizam uma Conferência

Nacional extraordinária do “Partido Comunista do Brasil”, era a dissidência do PC do B.²⁹

No plano político nacional, o PCB se movia entre o apoio a João Goulart (PTB) e o combate às suas vacilações. As contradições se acirravam e a polarização era crescente. O Partido se ocupava em atacar os latifundiários e chamar Jango para o caminho das reformas estruturais reivindicadas pelos brasileiros. A situação era explosiva na cidade e no campo e os indicadores políticos eram contraditórios quanto às tendências da balança, se esta penderia para a esquerda ou para direita.

No interior do Partido, o “seguidismo” de sua principal liderança começava a inquietar muitos dirigentes importantes, a exemplo de Carlos Marighella que começava a ser tocado por outras experiências de revolução, especialmente a cubana, vitoriosa em 1959. Ao mesmo tempo em que outros “modelos” começavam a repercutir no Brasil, outras correntes surgiram para disputar o movimento operário com o PCB, como foi o caso da Ação Popular (AP), de filiação cristã, e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), de feição heterodoxa próxima ao trotskismo.³⁰ Ambas tinham em comum a crítica ao “burocratismo” e ao “reformismo” do velho Partido. O PCB não estava mais sozinho!

Em 31 de março de 1964 os militares brasileiros, com o apoio de grandes empresários e da CIA, desfecham um golpe militar. Quase que não houve reação. O presidente João Goulart, isolado nas suas tentativas de conciliação, foge para o Uruguai e o PCB, na ilegalidade desde 1947, é o primeiro partido a ter seus militantes literalmente cassados pelos golpistas. Dentre os mais procurados, Luís Carlos Prestes encabeçava a lista.

Crítica e Autocrítica

Luís Carlos Prestes era, então, o principal dirigente do PCB. Secretário-geral desde 1943, não havia formulação política que pudesse ser posta em prática sem o seu conhecimento e aprovação. Na própria Conferência da Mantiqueira, Prestes foi eleito Secretário-Geral sem sequer estar presente, muito embora tivesse “dirigido” o encontro através da CNOP, de Maurício Grabois e de Diógenes Arruda Câmara.³¹ Dessa for-

ma, Prestes não apenas abraçou a “União Nacional” como política correta, mas foi adiante: ao recomendar “ordem e tranqüilidade” e o “aperto dos cintos” para os trabalhadores, a liderança máxima do PCB garantiu que os comunistas seriam “esteio máximo da ordem e da lei”.³²

Prestes, entretanto, nunca assumiu completamente a responsabilidade política pela “União Nacional” e pelo apoio a Vargas. Numa entrevista concedida em 1981 aos jornalistas Denis de Moraes e Francisco Viana, ele nega que a palavra de ordem “constituente com Getúlio” fosse do PCB e afirma que foi crítico da política de apoio irrestrito a Vargas, definida na “Conferência da Mantiqueira”:

*“Nós falávamos de constituinte e, claro, apoiávamos Getúlio, mas tínhamos muito cuidado. Havia um erro na Conferência da Mantiqueira que eu tratei de corrigir desde a primeira reunião de que participei no Comitê Central, em agosto de 45, já como secretário-geral. Era o seguinte: na conferência tirou-se a resolução de apoiar Getúlio, naquele momento e posteriormente. Eu coloquei a questão que era apoiá-lo naquele momento. No futuro dependeria do processo. Acabou surgindo a confusão histórica de que a palavra constituinte com Getúlio era nossa”.*³³

Se era verdade que a tal palavra de ordem não havia sido formulada pelo PCB, não o era menos verdadeiro o fato de que o Partido, naquelas circunstâncias, não apenas assumiu tal palavra de ordem, como apoiou “incondicionalmente” o governo Vargas, ainda que Prestes houvesse chamado a atenção para a necessidade de se combinar a luta contra o fascismo e o apoio ao governo, com a luta pela redemocratização do país.³⁴ Como se sabe, o PCB defendeu o governo Vargas contra todos os prognósticos daqueles que acreditavam que o Partido de Prestes iria lutar até o fim contra o maior algoz dos comunistas. De qualquer forma era o tempo da “coexistência pacífica” e da demonstração de boa vontade de Stalin para com as “democracias ocidentais”, e o PCB não poderia seguir um caminho diferente.

Ainda assim, prevalecia para os países semicoloniais a formulação do VI Congresso da Internacional Comunista que caracterizava a região

como semifeudal. Sobre o assunto, Prestes procurou acertar as contas com essa tradição num pronunciamento em 1987:

*“Esse mesmo congresso elaborou um documento para os povos dos países coloniais e semicoloniais. Eram bem conhecidos os problemas da África e da Ásia, mas não os da América Latina. As informações que nós latino-americanos transmitíamos aos companheiros soviéticos e aos companheiros do mundo inteiro não eram verídicas, não eram científicas, não refletiam realmente a verdade, porque nós não conhecíamos de fato a própria realidade econômica de nosso país. Isso só mais tarde que se tornou mais claro, com as obras de sociólogos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros”.*³⁵

O fato de o PCB analisar a realidade brasileira como semifeudal, já tinha sido objeto de uma intervenção polêmica do historiador Caio Prado Júnior contra o próprio PCB, em 1966, quando este escreveu o texto *“A revolução Brasileira”*, justamente para negar as teses “feudalistas” dos comunistas e afirmar que o Brasil era um país capitalista desde os tempos coloniais. Mesmo antes dos anos 60, o próprio Caio Prado já divergia das caracterizações do Brasil feitas pelo PCB. Prestes assume a autocrítica quanto às “informações inverídicas” que eram repassadas aos soviéticos, porém é surpreendente que o líder comunista não cite o historiador paulista entre os “sociólogos” que ajudaram a desmistificar a idéia de que o Brasil era feudal. De qualquer modo Prestes seguiu criticando a recepção brasileira das teses do *Komintern*:

*“De maneira que, se examinarmos a prática da atividade política do PCB nesses primeiros anos de sua atividade, vemos que não se fazia uma análise concreta da realidade concreta. Viam-se os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo num suposto feudalismo que, juntamente com o imperialismo, desempenharia um papel de entrave ao desenvolvimento do capitalismo, enquanto eram justamente estímulos ao seu desenvolvimento”.*³⁶

Mesmo sendo categórico na crítica ao Partido, o “comandante Prestes” não se refere ao fato de que foi ele um dos principais responsáveis pela aplicação automática das elaborações da Terceira Internacional no país, pela fidelidade irrestrita à “pátria do socialismo” e às orientações do “guia genial dos povos”, o “camarada Stalin”.

Sobre a linha política do período seguinte, de 1948 à 1956/58, que pregava a derrubada do governo, Prestes se isenta da responsabilidade e atribui a culpa ao seu isolamento por conta da clandestinidade e a influência dos dirigentes de então:

*“Protestei várias vezes, através de cartas, mas só consegui ter contatos com o secretariado do partido a partir de 49. Falava só com Arruda, Amazonas e Grabois. Eu era contra a organização de sindicatos paralelos. Infelizmente, não tenho mais as cartas, nem os documentos que enviei ao secretariado do partido. O partido começava a cair no esquerdismo com idêntico radicalismo com que tendeu para o direitismo, no período da legalidade (...) Eu escrevi uma longa carta citando abundantemente o livro de Lênin, Esquerdismo, doença infantil do comunismo. Queria mostrar que os comunistas deviam participar dos sindicatos legais e não dos sindicatos ilegais que o partido queria organizar. Estava com a razão: os sindicatos paralelos não tiveram êxito. Mas o secretariado rejeitou minhas opiniões. Foi um desastre: fomos afastados do movimento sindical. Só em 52 é que consegui que a Comissão Executiva encaminhasse ao CC uma resolução sobre o movimento sindical, que foi aprovada, mudando completamente a orientação do partido”.*³⁷

Apesar dessa afirmação, não é exatamente isso o que se verifica pelos documentos da época, boa parte deles assinados pela liderança maior dos comunistas.³⁸ De outra parte, a orientação *putschista* do período retomava a história do levante de 1935 cujo líder maior foi justamente Prestes, recém retornado da União Soviética, em 1934. Quanto à autocrítica posterior, o Partido pareceu ignorar as guerrilhas rurais que

tiveram a participação dos comunistas que deram uma justa aplicação da linha política de 1948/50. Sobre estes movimentos, que tiveram a participação do PCB, nenhum documento de avaliação consta nas compilações da história do Partido.

Sobre as denúncias de Krushev acerca dos crimes de Stalin, Prestes, ao que se sabe, não fez nenhuma avaliação nem autocrítica mais profunda no período. Pelo contrário, foi a partir de sua intervenção que o debate foi abortado dentro das fileiras partidárias, e muitos quadros importantes foram expulsos do Partido, acusados de “direitismo”, “fracionismo”, “liquidacionismo” etc. Será somente mais tarde, cerca de vinte anos depois dos famosos “Relatórios Krushev”, que Prestes se pronunciará sobre o assunto e, diga-se de passagem, reivindicando uma “autocrítica” que de fato não aconteceu da parte das lideranças pecebistas da época, senão apenas parcialmente da parte do Partido.³⁹

Embora Prestes tivesse sido o principal articulador e incentivador da inflexão contida na “Declaração de Março de 1958”, cerca de vinte anos depois ele a consideraria como “direitista”. Como já foi dito, o documento, elaborado pelo “Grupo Baiano”, sob as bênçãos de Prestes e Marighella, pretendia redimensionar a atuação do Partido e terminou por promover uma guinada na linha anterior. Essa linha foi ratificada no V Congresso do PCB, em 1960, e foi um dos motivos da dissidência do PC do B, como já foi discutido. Mas Prestes sugere que o principal problema da dissidência estaria relacionado com a não aceitação das teses do XX Congresso do PCUS, o que os teria levado o grupo descontente ao fracionismo, “o pior erro de um comunista”.⁴⁰ Quanto às manobras para afastar o grupo “stalinista” da direção do Partido, nenhuma palavra!

Quando avalia a derrota de 64, Prestes foge do subjetivismo. Assume responsabilidades, mas não crê que fossem apenas os erros seus e do PCB que levaram ao golpe: “Eu tenho responsabilidade política no golpe de 64, mas não tenho responsabilidade pessoal. O golpe teve causas objetivas. Não foram nossos erros que o determinaram. Nossos erros podem, sim, tê-lo facilitado”. No mesmo texto, sobre a não reação ao 31 de março, alivia:

“A ordem fundamental era a retirada. Nossa maior preocupação sempre foi evitar lançar o partido numa

luta armada para a qual não estava preparado. Não é que fôssemos contra a luta armada. A luta armada é uma forma de luta. E nós devemos estar preparados para todas as formas de luta. Mas naquelas condições, com a classe operária derrotada de forma humilhante, tínhamos de começar pelas lutas mais elementares para reorganizar tudo de novo e elevar o nível de consciência dos operários”.⁴¹

Como disse o “comandante Prestes”, diante da derrota “humilhante” era necessário começar de novo. E nenhum sujeito coletivo sabia tanto como “recomeçar”, quanto o PCB. O Partido, que vivera inúmeras derrotas na sua história, se via obrigado a começar tudo de novo. Mas desta feita seria diferente, pois a história estaria ali para cobrar a sua fatura.

Comentário à guisa de conclusão

A autocrítica do PCB acompanhou o tipo de reflexão realizado pela maior parte dos partidos comunistas do mundo. Poucos questionaram os fundamentos das políticas que ensejaram as muitas derrotas sofridas pelo movimento comunista internacional. O stalinismo nunca foi objeto de uma reflexão profunda, senão apenas nos seus aspectos ético-morais. Condenava-se, do stalinismo, a “mão de ferro” do Estado Soviético, o *Komintern* e o *Kominform*. Também os crimes de Stalin. Condenavam-se o PCB, suas lideranças e as inflexões, à esquerda e a direita, e seus fundamentos teóricos, táticos e estratégicos, permaneciam quase que intactos. Tanto que a caracterização do Brasil como um país semifeudal persistiu ao longo dos anos 60 e 70, tanto nas formulações do PCB, quanto das várias organizações que surgiram na vaga da luta armada naquele período. Da mesma forma, a tática de “União Nacional”, e especialmente a de “Frente Popular”, ainda faria longa carreira na história do movimento operário no Brasil.⁴²

Quanto a Prestes, sua autocrítica é sempre incompleta e generalizante ao conjunto do Partido, como bem o observou um outro ex-comunista, o baiano Jacob Gorender.⁴³ É verdade que as várias décadas em que esteve à frente do PCB foram pagas com o seu sacrifício

pessoal que muitas vezes envolvia o sacrifício de seus familiares também. Entretanto muitos companheiros seus também pagaram com o sacrifício e, por vezes, com a própria vida. Prestes fez a sua defesa, mas sua detração nunca cessou de ser feita e de certa forma pode-se dizer que muita tinta e papel já foram gastos no ataque e na defesa durante os longos anos de avaliação crítica e autocrítica da política do PCB naquele período.

Se as responsabilidades não eram exclusivamente de Prestes, não se podem minimizar os efeitos de sua liderança nas políticas do Partido, tanto nos acertos, quanto nos erros. Afinal de contas, o culto à personalidade não era apenas um problema de Stalin, mas de todos os partidários do stalinismo e de todos os partidos stalinistas da história, incluídos os comunistas brasileiros do PCB. O próprio Prestes não foi exceção. Cultuado em vida como a maior liderança dos comunistas brasileiros durante muitos anos e herdeiro direto do romantismo heróico dos tenentes dos anos 20, Prestes viveu sob a sombra do seu próprio passado mítico de “Cavaleiro da Esperança”.⁴⁴ Como se sabe, a revolução andou faltando ao encontro e a esperança dos comunistas naufragou nos descaminhos da história. Para o PCB e suas lideranças, o passado mais que perfeito da “revolução brasileira”, foi apenas e tão somente inconcluso, pelas imperfeições de uma história não realizada.

Notas:

*Este texto é o resultado da comunicação apresentada no XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em João Pessoa/PB, de 27 de julho a 02 de agosto de 2003.

**Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB (*campus* II, Alagoinhas). Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: zacasenajr@uol.com.br.

¹Utilizarei o nome original do Partido Comunista do Brasil, PCB, fundado em 1922, na medida em que foi somente em 1961 que este partido teve seu nome modificado para Partido Comunista Brasileiro.

²Para efeito de economia de espaço, evitarei relacionar a vasta bibliografia sobre o PCB. Esta pode ser encontrada em diversos *sites* brasileiros, inclusive

no do GT História dos Partidos e Movimentos de Esquerda, da ANPUH, do qual sou integrante: www.ifcs.ufrj.br/~gt.

³A Terceira Internacional, ou Internacional Comunista (1919-1943), foi extinta por Stalin em 1943. A eclosão da “guerra fria”, na segunda metade dos anos 40, colocou para o Estado Soviético, e os Partidos Comunistas do mundo, a necessidade de uma nova articulação mundial. Assim, em setembro de 1947, foi criado o Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, *Kominform*, que, por sua vez, foi dissolvido em 1956.

⁴Veja-se, a esse respeito, o livro de PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945). A virada tática na política do PCB*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

⁵CARONE, Edgar. *O PCB. 1943-1964*, São Paulo, Difel, 1982, vol. 2, p. 14.

⁶Eric Hobsbawm aponta a complexidade do fenômeno: “É difícil decidir se havia um florescimento genuíno do sentimento nacional nas esquerdas, ou se isso simplesmente era aquele patriotismo revolucionário tradicional, do tipo jacobino, sendo-lhe permitido, mais uma vez, depois de estar banido por tanto tempo pelo antinacionalismo oficial e pelo antimilitarismo das esquerdas. (...) O que torna evidente é que o reencontro da revolução social com o sentimento patriótico foi um fenômeno extremamente complexo”. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, p. 174.

⁷Carone, *O PCB*, p. 21.

⁸De fato, em 29 de outubro de 1945, um golpe militar depôs Vargas, o PCB sofreu nova perseguição que pouco a pouco arrefeceu por conta da conjuntura desfavorável.

⁹Carone, *Op. cit.*, pp. 22-23.

¹⁰DIMITROV, Jorge. *Obras escolhidas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1976, p. 66, vol. 3.

¹¹Ainda no seu “Relatório”, Dimitrov, expõe sobre a tática de Frente Popular: “Existe na obra de mobilização das massas trabalhadoras na luta contra o fascismo, uma missão particularmente importante e que consiste em criar uma vasta *frente popular antifascista* sobre a base da *frente única proletária*. O sucesso de toda e qualquer luta do proletariado está intimamente ligado ao estabelecimento de uma aliança de combate feita com o campesinato trabalhador e a massa fundamental da pequena burguesia urbana, que formam a maioria da própria população nos países de indústria desenvolvida”. E ao abordar a influência que os partidos da burguesia exercem sobre os camponeses e a pequena-burguesia urbana, prossegue Dimitrov: “Podemos e devemos, dentro de circunstâncias determinadas, orientar os nossos esforços a fim de

atráirmos, apesar de sua direção burguesa, esses Partidos e essas organizações ou determinados dos seus setores, para o lado da frente popular antifascista”. In: *Idem*, pp. 38-39, vol. 3.

¹²Para uma avaliação do momento histórico em que se promoveu tal inflexão, veja-se o texto de DASSÚ, Marta. “Frente Única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In HOBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

¹³O VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, havia “identificado” que o capitalismo vivia uma fase de crise aguda (terceiro período) depois de um momento de estabilidade e por isso recomendava uma política de “ofensiva revolucionária” contra os governos burgueses e contra a social-democracia que era encarada como irmã gêmea do fascismo. Contra os riscos de tal política, as vozes de Gramsci e Trotsky foram ignoradas.

¹⁴Em 1952, a revista do PCB *Problemas*, publicou um extenso texto do líder chinês Mao Tsé-Tung intitulado “Sobre as contradições”. Nele pode-se ler a formulação acabada da teoria dos campos: “Em caso de guerra de agressão dos imperialistas contra um tal país, suas diferentes classes, com exceção de um pequeno punhado de traidores da nação, podem unir-se provisoriamente para conduzir a guerra nacional contra o imperialismo. Neste caso, a contradição entre o imperialismo e este país torna-se a contradição principal, e todas as contradições entre as diferentes classes no interior deste país (inclusive a contradição principal, a contradição entre o regime feudal e as massas populares) passam provisoriamente ao segundo plano e ocupam uma posição subordinada”. *Problemas*, jul/ago, 1952, pp. 24-25.

¹⁵A tática de “Frente Popular” não era aplicável apenas aos países semicoloniais. As organizações operárias dos países imperialistas também foram instigadas a praticar alianças com as suas burguesias nacionais. Os resultados desta política podem ser recuperados a partir da análise das experiências da Espanha, durante a guerra civil nos anos 30, e da França, no mesmo período.

¹⁶Quanto às mediações do período entre 1935 e 1945, veja-se PRESTES, *Op. cit., passim*.

¹⁷Nas eleições de 1945, o PCB elegeu 14 Deputados Federais constituintes e mais um senador, Luís Carlos Prestes. Além disso, o Partido obteve 10% dos votos na eleição presidencial com um candidato quase inexpressivo que nem sequer era comunista, o engenheiro Yêdo Fiúza. Nesse mesmo período, o PCB havia alcançado o contingente de quase duzentos mil membros.

¹⁸CARONE, *Op. cit.*, p. 82.

¹⁹*Idem*, pp. 82-85.

²⁰*Idem*, pp. 86-87.

²¹*Idem*, p. 109. O programa do “Manifesto de Agosto” era composto de nove pontos: 1. Por um governo democrático e popular; 2. Pela paz e contra a guerra imperialista; 3. Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista; 4. Pela entrega da terra a quem trabalha; 5. Pelo desenvolvimento independente da economia nacional; 6. Pelas liberdades democráticas para o povo; 7. Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; 8. Instrução e cultura para o povo; 9. Por um exército popular de libertação nacional. *Idem*, pp. 108-112.

²²Veja-se a respeito: FERREIRA, Jorge. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, pp. 61-96.

²³Na composição de cada grupo, destacavam-se algumas lideranças. Entre os “abridistas”, Agildo Barata e Osvaldo Peralva; entre os “fechadistas” Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella e João Amazonas; já o chamado “Grupo Baiano”, que era constituído de dirigentes oriundos da Bahia, destacavam-se Mário Alves, Jacob Gorender, Giocondo Dias, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães.

²⁴Dentre os militantes que saíram do Partido em 1957, estavam Osvaldo Peralva e Agildo Barata. Este último era uma antiga liderança de grande prestígio no PCB e, como Prestes, egressa do tenentismo.

²⁵Os dirigentes afastados foram João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, entre outros.

²⁶Antes disso, entretanto, o PCB havia elaborado um documento intitulado “Projeto de Resolução do C. C. do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do P. C. da U.R.S.S.” No documento, entre outras coisas, era recomendado o estudo crítico das questões suscitadas pelo XX Congresso. Carone, *Op. cit.*, pp.143-154.

²⁷*Idem*, pp. 183-184.

²⁸*Idem*, p. 187.

²⁹À frente da dissidência, estavam os dirigentes afastados após os debates de 1956/57, Amazonas, Pomar e Grabois.

³⁰Para uma breve história da POLOP e da AP, vejam-se os textos de MATTOS, Marcelo Badaró e RIDENTI, Marcelo recentemente reunidos no volume 5 da coletânea *História do marxismo no Brasil*. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.

³¹O ex-dirigente do PCB e ex-membro do “Grupo Baiano”, Jacob Gorender, afirmou em uma entrevista publicada na revista *Teoria e Debate* (n. 11, jul/

ago/set, 1990, p. 24), que Prestes não teve influência na linha de “União Nacional”, adotada na “Conferência da Mantiqueira”. Alegava o comunista baiano que, da prisão, Prestes não tinha como manter contatos. Apesar da afirmação de Gorender, todas as evidências levam a uma conclusão diferente, como se pode verificar pela consulta da documentação disponível e pela bibliografia sobre o tema, conforme exposto no corpo deste texto.

³²Carone, *Op. cit.*, pp. 25-40.

³³MORAES, Denis de, VIANA, Francisco, *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis, Vozes, 1982, pp. 106-107.

³⁴*Op. cit.* p. 51.

³⁵PRESTES, Luís Carlos. In: *Socialismo em debate. 1917-1987*. São Paulo, Instituto Cajamar, 1988, p. 230.

³⁶*Idem*, p. 232.

³⁷MORAES e VIANA, *Op. cit.*, p. 119.

³⁸Uma consulta às publicações do PCB no período da linha que pregava a derrubada do governo, não deixa dúvidas quanto ao papel de Prestes na formulação. Ainda em 1952 pode-se ler, na revista *Problemas* (jul/ago, 1952, pp. 1-4), um texto seu reafirmando a atualidade do “Manifesto de Agosto”.

³⁹Prestes: “Todos nós só viemos a fazer autocrítica após o XX Congresso. O próprio Togliatti, que era um talento, só veio a reconhecer que a orientação era errada após o XX Congresso. (...) Mas eu reconheço que Stalin foi uma saída para o problema soviético. Poderia haver outra. Foi Stalin que defendeu o leninismo contra Trotsky. (...) Se Trotsky tivesse sido vitorioso, a revolução caminharia pelo mesmo caminho da revolução francesa. Os governos iriam se sucedendo e cada governo mataria os partidários do governo anterior. Stalin concentrou tudo nas mãos e manteve e continuidade da revolução. Sem dúvida, teve um papel considerável no lançamento das bases do socialismo e na preparação do desenvolvimento industrial da URSS”. MORAES e VIANA, *Op. cit.*, p. 132.

⁴⁰*Idem*, p. 156.

⁴¹*Idem*, pp. 170-171.

⁴²E o atual governo federal, formado a partir da composição de partidos operários como o PT, o PC do B e o PCB, com partidos burgueses, como o PL, não há de negar essa história.

⁴³No seu livro de memórias, Gorender, que saiu do PCB para fundar o PCBR, ainda nos anos 60, não poupa Prestes lhe impingindo ácidas críticas quanto à sua condução do Partido: “Prestes só faz autocríticas (se é que assim devem ser consideradas) em questões de caráter geral, a respeito das quais costuma falar na primeira pessoa do plural. Seriam sempre erros coletivos. Jamais aceitou

a mínima crítica do tipo pessoal e intransferível”. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo, Ática, 1990, p. 27.

⁴⁴É Gorender, ainda, que faz a crítica mais dura: “Pertencço a uma geração de comunistas brasileiros que teve a má sorte de viver a sua juventude sob o império dos mitos de Stalin e de Prestes”. *Idem*, p. 27.